

# Meio ambiente e a Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil: resgates históricos

*Environment and the Roman Catholic Apostolic Church in Brazil: Historical Recoveries*  
*Medio Ambiente y la Iglesia Católica Apostólica Romana en Brasil: Rescates Históricos*

Antonio Augusto Dornelas de Andrade <sup>1,2</sup>  <https://orcid.org/0009-0001-3556-483X>

- 1 Arquidiocese do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (RJ), Brasil
- 2 Universidad Columbia del Paraguay (UCP)  - Assunção, Paraguai

Autor de correspondência: antonioandradepy@gmail.com

Recebido: 01 nov. 2024. Aceito: 02 fev. 2025

Editor de seção: Glaucio Marafon  <https://orcid.org/0000-0001-9510-7094>

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o direito ao meio ambiente e a influência da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil e seus resgates históricos. A pesquisa consiste em um estudo bibliográfico em duas áreas de conversação, meio ambiente e religião. Sabe-se que o risco global das mudanças climáticas tem mostrado cada vez mais a importância de acordos internacionais com propostas de redução de emissões de gases, principalmente para os países desenvolvidos, devido ao alto grau de industrialização, e para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, com altas taxas de desmatamento e queimadas. As convenções internacionais têm procurado estabelecer um marco regulatório para minimizar os impactos das mudanças climáticas, caso contrário, elas podem representar um perigo à humanidade e a todo o sistema de biodiversidade. O Brasil é atualmente signatário de diversas convenções, tratados e acordos internacionais relacionados à proteção ambiental. Para isso, utiliza-se a metodologia de revisão bibliográfica, com fontes de pesquisa como artigos, revistas, doutrinas e outros, relacionados ao tema e disponíveis nos principais bancos de dados por meio do Google Acadêmico. Por outro lado, a Igreja Católica também tem se envolvido em vários documentos, como a encíclica \*Laudato Si' do Papa Francisco, que ressalta a atual crise ecológica e a fragilidade do planeta. Sugere a necessidade de debate e chama a atenção para a poluição e as mudanças climáticas que afetam a todos, causadas pelos transportes, emissões industriais, despejos de substâncias que contribuem para a acidificação do solo e da água, fertilizantes, inseticidas, fungicidas, pesticidas e agrotóxicos em geral.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Igreja Católica. Brasil. Resgates Históricos.

## Abstract

This article aims to analyze the right to the environment and the influence of the Roman Catholic Apostolic Church in Brazil, along with its historical recoveries. The research consists of a bibliographic study in two areas of discussion: environment and religion. It is known that the global risk of climate change has increasingly highlighted the importance of international agreements proposing emission reduction targets, especially for developed countries (due to their high industrialization levels) and developing nations like Brazil, which faces high deforestation and wildfire rates. International conventions have sought to establish a regulatory framework to minimize climate change impacts—otherwise, they may pose a danger to humanity and the entire biodiversity system. Brazil is currently a signatory to various conventions, treaties, and international agreements related to environmental protection. The methodology employed is a literature review, drawing on research sources such as articles, journals, doctrines, and other materials available in major databases (e.g., Google Scholar). On the other hand, the Catholic Church has also engaged in this debate through documents like Pope Francis' encyclical *Laudato Si'*, which highlights the current ecological crisis and the planet's fragility. It calls for urgent dialogue, drawing attention to pollution and climate change—driven by transportation, industrial emissions, chemical waste (contributing to soil and water acidification), fertilizers, insecticides, fungicides, pesticides, and agrochemicals—affecting all of humanity.

**Keywords:** Environment. Catholic Church. Brazil. Historical Recoveries.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el derecho al medio ambiente y la influencia de la Iglesia Católica Apostólica Romana en Brasil, junto con sus rescates históricos. La investigación consiste en un estudio bibliográfico en dos áreas de discusión: medio ambiente y religión. Se sabe que el riesgo global del cambio climático ha evidenciado cada vez más la importancia de acuerdos internacionales con propuestas de reducción de emisiones, especialmente para países desarrollados (por su alto grado de industrialización) y naciones en desarrollo como Brasil, que enfrenta altas tasas de deforestación e incendios forestales. Los convenios internacionales han buscado establecer un marco regulatorio para minimizar los impactos del cambio climático, los cuales, de lo contrario, podrían representar un peligro para la humanidad y todo el sistema de biodiversidad. Brasil es actualmente signatario de diversos convenios, tratados y acuerdos internacionales relacionados con la protección ambiental. Para ello, se utiliza una metodología de revisión bibliográfica, con fuentes como artículos, revistas, doctrinas y otros materiales disponibles en bases de datos académicas (ej. Google Scholar). Por otro lado, la Iglesia Católica también ha participado en este debate a través de documentos como la encíclica *Laudato Si'* del Papa Francisco, que destaca la actual crisis ecológica y la fragilidad del planeta. Plantea la necesidad de debate y llama la atención sobre la contaminación y el cambio climático—causados por el transporte, emisiones industriales, vertidos químicos (que acidifican suelos y aguas), fertilizantes, insecticidas, fungicidas, pesticidas y agroquímicos—que afectan a toda la humanidad.

**Palabras-clave:** Medio Ambiente. Iglesia Católica. Brasil. Rescates Históricos.

## Introdução

A reflexão sobre a atuação da Igreja Católica em diversas áreas sociais nos leva a considerá-la como uma instituição dinâmica, que ultrapassa os limites físicos, simbólicos e subjetivos que a delimitam. Observa-se uma Igreja em que as atividades do clero e do laicato se mesclam em suas missões: a Igreja sai de seus espaços estabelecidos e acolhe, nesse mesmo ambiente, o povo, os leigos e a comunidade. Com isso, ao se preocupar com temas que, à primeira vista, parecem menores que as grandes questões religiosas, a instituição se ocupa de problemas que afetam diretamente o seu povo. Entre esses diversos assuntos, destacam-se temas relacionados ao meio ambiente, que nos foi dado como um bem para ser protegido, cuidado e preservado.

Tomou, então, o Senhor Deus ao homem e o colocou no Jardim do Éden para o cultivar e guardar. Quando encontrares pelo caminho um ninho de pássaro numa árvore, ou no solo, com filhotes ou ovos, e a mãe deitada sobre os filhotes ou ovos, não levarás a mãe junto com os filhotes. Essas e outras passagens bíblicas legitimam a Igreja como uma instituição responsável pela preservação e cuidado com a natureza, e, por consequência, todos os que fazem parte dela: tanto clero quanto leigo. Além das Escrituras, há também documentos papais que reforçam essa responsabilidade.

Há, ainda, discursos e pronunciamentos papais que abordam questões ambientais, como a Mensagem para o Dia Mundial da Paz (João Paulo II, 1990) e o Discurso no Parlamento Federal Alemão. No Brasil, a Campanha da Fraternidade, em diferentes momentos políticos, tornou evidente a presença da Igreja nas questões sociais e ambientais, demonstrando seu desejo de estar presente e atuante na história. Este trabalho busca apresentar, de forma sucinta, a atuação da Igreja Católica nas questões ambientais.

A instituição deve zelar tanto pela questão ambiental quanto pela dos trabalhadores no final do século XIX. Se a Igreja se calasse, por seus silêncios poderia ser convocada a prestar contas, não ao tribunal da mídia, mas ao de sua própria consciência. Assim, defende-se a ideia de que é impossível separar a questão ambiental de outras, como a questão social.

Para isso, utiliza-se da metodologia de revisão bibliográfica, tendo como fontes de pesquisas artigos, revistas, doutrinas e demais, relacionados ao tema e dispostos nos principais bancos de dados em busca através do Google Acadêmico.

## Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil

A Igreja Apostólica Católica Romana foi instituída há aproximadamente dois mil anos, alicerçada nos ensinamentos de Jesus Cristo, reconhecido como o Messias enviado para redimir o mundo, sendo sua principal missão a conversão das pessoas com o intuito de alcançarem o Reino de Deus. Nesse propósito, é liderada pelo Papa, que é o Bispo de Roma, sendo Pedro o primeiro a ocupar essa posição (Novais, 2022).

A sede do papado está localizada no Vaticano, uma cidade-estado independente, situada na cidade de Roma, Itália. A doutrina da Igreja Católica foi consolidada ao longo dos séculos por meio dos “Dez Mandamentos da Lei de Deus”, dos Concílios e dos ensinamentos dos Doutores da Igreja, que são descritos como “homens e mulheres ilustres, que, por sua santidade, pela ortodoxia de sua fé, e sobretudo pelo saber teológico de destaque, comprovado por numerosos escritos, foram agraciados com esse título pela Igreja (Kramer, 2023).

A hierarquia é a essência da Igreja Católica e se estrutura a partir do Papa, que desde 13 de março de 2013 é o argentino Jorge Mario Bergoglio, o qual escolheu o nome de Francisco, até os diáconos, que são colaboradores dos sacerdotes e dos bispos, com a autoridade para realizar certos atos, como distribuir a comunhão. Junto à Igreja Apostólica

Católica Romana, coexistem, sob sua jurisdição, outras vinte e quatro Igrejas que, por motivos histórico-culturais, possuem certa autonomia em relação a ela (Evaristo, 2022).

A maior dessas Igrejas é a Igreja Latina. Elas têm variações em sua organização administrativa e na celebração dos rituais litúrgicos, desfrutando de relativa independência para gerir suas atividades. Muitas delas utilizam o rito bizantino em suas celebrações, como a Igreja Greco-Católica Ucraniana, que na cidade de Curitiba, PR, possui três paróquias. A Igreja Apostólica Católica Romana presta tributo aos seus santos, exaltando vidas que se distinguiram no amor a Deus e ao próximo (Gonçalves et al., 2022).

Neste processo de construção do pensamento histórico, não podemos deixar de enfatizar a importância da consciência histórica nos alunos, pois, a partir dela, começam a desenvolver seu senso crítico sobre as informações e avançam intelectualmente; essa consciência influencia não apenas os estudos e raciocínios, mas também contribui para a vida social dos indivíduos.

Baseados no modelo de professor como investigador social, proposto por Figueiredo (2023), entendemos a progressão conceitual dos alunos por meio de suas visões próprias sobre a natureza histórica, onde desenvolvem sua cognição histórica. Além desse modelo, consideramos também as metodologias, que avaliam a aprendizagem dos alunos, resultando em seu desenvolvimento. Ou seja, aplicamos uma atividade diagnóstica com a turma para obter o conhecimento prévio dos estudantes sobre o tema abordado e, em seguida, realizamos diversas atividades onde mediamos gradualmente o desenvolvimento e a aprendizagem deles, utilizando o chamado diário de bordo.

Ao realizar esse processo, nos inserimos na dinâmica sugerida, já que houve uma interação entre professor, conhecimento e aluno. Dentro dessa perspectiva, também utilizamos a proposta que sugere que uma sala de aula transformada em um ambiente positivo contribui significativamente para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, além de estimular a formação do pensamento histórico e promover a interação mencionada anteriormente sobre a igreja católica.

## **Igreja Católica no Brasil**

As análises de conjuntura refletem, também, a autoconsciência histórica da Igreja no Brasil. A legitimidade religiosa e política da Igreja no Brasil é o resultado de um processo longo, que acompanha a própria história do país desde 1500. No período colonial, o poder estabelecido promoveu um modelo de Catolicismo conhecido como Cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado, e a religião oficial funcionava como ferramenta de controle social, político e cultural. A crise desse modelo começou simbolicamente em 1759, com a expulsão dos jesuítas e com a crescente hegemonia da mentalidade racionalista e iluminista (Nascimento, 2022).

No segundo reinado, em 1840, inicia-se uma nova fase na história da Igreja no Brasil, conhecida como a romanização do Catolicismo, onde a Igreja passa a responder diretamente ao Papa e deixa de ser uma instituição ligada à Coroa luso-brasileira. Este período inclui três etapas: a reforma católica, a reorganização eclesial e a restauração católica (Oliveira, 2022).

Na primeira fase, os bispos reformadores se preocupam em impor ao Catolicismo brasileiro a disciplina do Catolicismo romano, com ênfase na formação do clero; a segunda é caracterizada pela nova experiência institucional da Igreja, após sua separação do Estado com a Proclamação da República; e a terceira, chamada NeoCristandade, inicia-se em 1922, no centenário da Independência, quando a Igreja decide atuar com maior visibilidade no

cenário político. Essa escolha implica uma colaboração com o Estado, tanto em termos de parceria quanto na manutenção do status (Reis, 2020).

Nesse contexto, a Igreja mobiliza seus intelectuais por meio de organizações como o Centro D. Vital, e o cardeal D. Sebastião Leme funda, no Rio de Janeiro, a Liga Eleitoral Católica. A Constituição de 1934 reflete alguns dos resultados dessa investida, como a instituição do ensino religioso nas escolas públicas, a presença de capelães militares nas Forças Armadas e o financiamento estatal para atividades assistenciais ligadas à Igreja (Sobrinho, 2023).

O processo de mudança de paradigmas na Igreja se intensifica nos anos 1960, sob a influência do Concílio Vaticano II. Nas décadas de 1950 e 1960, a Igreja no Brasil foca na questão do desenvolvimento. Diferente da posição conciliatória que adotou durante o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, a CNBB desempenha um papel fundamental na articulação da sociedade civil, defendendo os direitos humanos, as liberdades democráticas, a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores e a redemocratização (Tedesco, 2020).

Durante o Vaticano II, em 1964, a Assembleia Geral da CNBB, realizada em Roma, decide adotar o Planejamento Pastoral como seu instrumento metodológico de renovação (conhecido como \*aggiornamento\*). Esse processo concretiza-se no país por meio do Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), fundamentado na Ação Católica e na experiência da CNBB, fundada em 1952, por iniciativa de D. Hélder Câmara (Alves et al., 2023).

Em todo esse processo, a Igreja busca integrar-se cada vez mais à sociedade civil e aos movimentos sociais. O principal reforço institucional nessa direção provém das Conferências Episcopais Latino-Americanas, realizadas em Medellín, Colômbia, em 1968; em Puebla, México, em 1979; e em Santo Domingo, República Dominicana, em 1982. A prática resultante desse processo leva a Igreja a direcionar sua atuação na sociedade brasileira a partir da situação dos pobres e excluídos. No início dos anos 1970, a Igreja concentra sua atuação nas áreas econômica e política, com dois focos principais: o modelo econômico vigente, considerado elitista e concentrador de riquezas, e o regime de exceção, diante do qual a Igreja se compromete a lutar pelo restabelecimento da ordem democrática (Alvarenga, 2022).

Um marco simbólico dessa atuação é a publicação, em 1973, de três documentos episcopais: “Ouvi os clamores de meu povo”, “Documento do Centro-Oeste” e “Y-Juca-Pirama” – o índio, aquele que deve morrer. A eleição de João Paulo II, em 1978, altera o panorama político da Igreja em todo o mundo, especialmente na América Latina, berço da Teologia da Libertação, surgida no final da década de 1960. No entanto, no Brasil, a CNBB mantém sua linha de trabalho e continua atuando como um agente sociopolítico diante dos problemas nacionais (Da Silveira, 2023).

Um exemplo disso é a publicação de mais três documentos: “Exigências cristãs de uma ordem política”, “Igreja e problemas da terra” e “Solo urbano e ação pastoral”. A Igreja também participa intensamente, sobretudo no final dos anos 1970, do processo de transição para a democracia. Nesse contexto, a Igreja atua simultaneamente como uma força da sociedade civil e da política, pressionando e negociando com o Estado em busca do restabelecimento da plena democracia (Nunes, 2021).

Um dos principais campos de aliciação social e político da Igreja é a defesa e promoção dos direitos humanos, sendo que, progressivamente, a Igreja cede parte desse protagonismo para entidades da sociedade civil organizada. Nesse mesmo processo, a Igreja participa ativamente da Assembleia Constituinte, entre 1986 e 1988, mobilizando-se em favor de emendas populares à Constituição, com ênfase na ética na política e na implementação de políticas sociais.

## **Igreja sobre o meio ambiente**

A pesquisa sobre a trajetória da história da ética demonstra que o comportamento humano está sempre vinculado ao ethos da época. Além disso, o conceito de ética está atrelado ao modo de agir de cada indivíduo. Por outro lado, o Evangelho oferece os valores éticos que fundamentam a Doutrina Social da Igreja, a qual, por sua vez, estuda e reflete sobre a ação da Igreja nesse campo (Soares, 2022).

A Igreja tem como principal missão a evangelização dos povos, ou seja, o despertar da fé por meio da proclamação do Evangelho. Diante dos desafios que afetam o meio ambiente, o objetivo desta pesquisa é expor a contribuição da Igreja no debate, diálogo e nas propostas sobre essa questão que preocupa toda a sociedade. Sendo uma instituição milenar, por sua fidelidade ao Evangelho e pela sua coerência e engajamento, tanto na formação de consciência quanto na educação do ser humano, a Igreja se compromete a refletir e agir, com o propósito de promover mudanças na realidade em que vivemos (Da Silva Guimarães et al., 2022).

Dessa forma, destaca-se a relevância do papel da Igreja na organização da sociedade através de sua atuação. É importante ressaltar que, devido à sua missão central de evangelização, a Igreja busca, por meio de campanhas e iniciativas, oferecer contribuições para que a sociedade possa alcançar uma vida mais digna e plena (Bezerra, 2024).

Esses são os motivos que nos levam a focar na Igreja e na questão ambiental, para demonstrar, por meio dos documentos que constituem a Doutrina Social da Igreja, sua participação no debate sobre a crise ecológica como um dilema ético. No Brasil, essa atuação é visível na Campanha da Fraternidade, que propõe uma reflexão voltada ao despertar da consciência humana e à colaboração na educação sobre o tema.

## **Igreja Católica uma educadora ambiental**

Pode-se observar que a Igreja Católica, além de demonstrar preocupação com os mais necessitados, seguindo os princípios adotados pela Teologia da Libertação desde a década de 1970, também revela uma inquietação com as questões ambientais, pois busca mobilizar a sociedade por meio da conscientização e discussões sobre a seriedade dos problemas ambientais, com o objetivo de contribuir para sua resolução (Sarzedas, 2021).

Assim, ao considerar que a Igreja está atenta aos problemas relacionados ao meio ambiente e se propõe a sensibilizar outras pessoas sobre os impactos que o ser humano provoca na natureza, é possível afirmar que a Igreja Católica no Brasil atua como uma educadora ambiental. A questão que se coloca é: devemos classificá-la como uma educadora ambiental de caráter popular ou comportamental?

Na perspectiva da educação ambiental comportamental, o papel da educação é o de conscientizar, promovendo mudanças nos hábitos que são considerados predatórios ao meio ambiente. Esse enfoque está centrado nas transformações individuais, partindo da ideia de que, se cada pessoa modificar seus comportamentos diante dos recursos naturais, fazendo sua parte, os impactos ambientais serão minimizados (Monteiro, 2023).

Nesse modelo, as crianças são vistas como o grupo prioritário a ser educado, pois, acredita-se que nelas a consciência ambiental pode ser assimilada e traduzida em comportamentos de maneira mais eficaz do que nos adultos, cujos hábitos já estão formados e são mais difíceis de reorientar.

Por outro lado, na educação ambiental popular, ao contrário do enfoque comportamental, a solução para reduzir os impactos ambientais causados pelo ser humano não se limita à mudança de hábitos individuais. Ela está fundamentada na transformação da sociedade em que vivemos. A educação ambiental popular almeja, conforme Moraes (2022), é

a reestruturação das relações com o meio ambiente, dentro de um projeto de construção de um novo ethos social, baseado em valores de liberdade, democracia e solidariedade.

No caso da Igreja Católica no Brasil, ao se debruçar sobre questões ambientais por meio da Campanha da Fraternidade de 2011, embora reconheça que o aquecimento global e as mudanças climáticas afetam de maneira mais acentuada os mais pobres, não defende, em nenhum momento, uma transformação na estrutura social vigente. Isto é, a superação do sistema capitalista, que se orienta exclusivamente pelo lucro, não está no cerne das propostas da Igreja (Macário, 2020).

Ao contrário da concepção popular de educação ambiental, a Igreja Católica valoriza a conscientização individual e busca promover mudanças no comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente. No item Propostas para se diminuir o consumo pessoal do texto base da Campanha da Fraternidade de 2011, é afirmado que "a consciência de que cada um de nós faz parte do problema deve ser convertida na convicção de que cada um pode pessoalmente contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa (Macário, 2020).

Portanto, a Igreja Católica no Brasil, através da Campanha da Fraternidade de 2011, ao se preocupar com as questões ambientais e se dispor a conscientizar sobre os impactos causados pelo ser humano à natureza, pode ser classificada como uma educadora ambiental. No entanto, ela se distancia da concepção popular de educação ambiental, pois não questiona o modelo social em que vivemos, enquadrando-se, assim, na perspectiva comportamental.

## **Terra é um legado da humanidade**

A Terra é um legado da humanidade, pois foi entregue ao ser humano como patrimônio que precisa ser cuidado, como está expresso no livro de Gênesis:

Eis que dou a vocês todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes. Elas servirão de alimento para vocês. E dou todos os vegetais como alimento a tudo o que tem em si fôlego de vida: a todos os grandes animais da terra, a todas as aves do céu e a todas as criaturas que se movem rente ao chão (Bíblia, 2002, Gn. 1, 26-30).

Além dessa premissa, ao ser humano foi concedido o direito de usufruir, de forma responsável, tudo o que lhe foi confiado, desempenhando o papel de fiel guardião: "Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no Jardim do Éden para o cultivar e guardar" (Bíblia, 2002, Gn 2, 15). Dessa forma, o meio ambiente é estabelecido como a primeira morada, dado como um bem a ser conservado e aproveitado de modo sustentável; nessa ordem, todos devem coexistir no mesmo espaço de forma consciente e respeitosa diante da criação, com uma postura em que a geração de riquezas e exploração não esteja presente.

O lobo viverá com o cordeiro, o leopardo se deitará com o bode, o bezerro, o leão e o novilho gordo pastarão juntos; e uma criança os guiará. A vaca se alimentará com o urso, seus filhotes se deitarão juntos, e o leão comerá palha como o boi. A criancinha brincará perto do esconderijo da cobra, a criança colocará a mão no ninho da víbora. Ninguém fará nenhum mal, nem destruirá coisa alguma em todo o meu santo monte, pois a terra se encherá do conhecimento do Senhor como as águas cobrem o mar. (Bíblia, 2002, Is 11, 6-9).

Quando não se tem a visão de que todos estão no mundo de forma transitória, com o dever de preservar e deixar para as futuras gerações a preciosidade dos recursos que sustentam a vida, corre-se o risco de cometer o erro da exploração ambiental irresponsável das riquezas; frequentemente, essa atitude está acompanhada de situações de injustiça social. Os seres humanos não podem se desvincular do meio natural (Monteiro, 2023).

Cada pessoa carrega sua cota de responsabilidade com o todo: pessoas, animais, plantas e todos os demais recursos da natureza estão sujeitos às decisões e ações cotidianas. O cuidado com o planeta Terra e seus diversos recursos exige uma consciência ecológica; todos devem viver e utilizar de forma responsável e sustentável o que o mundo nos oferece. Dessa forma, todos são corresponsáveis pelo ambiente que ocupam; todos devem conservar os recursos naturais, assegurando que esses bens possam ser aproveitados pelas gerações vindouras. Aos Romanos, o Apóstolo Paulo descreveu a natureza como uma mãe que cuida, protege, nutre e sofre quando desrespeitada pela vaidade e exploração descontrolada do ser humano:

Tenho para mim que os sofrimentos da presente vida não têm proporção alguma com a glória futura que nos deve ser manifestada. Por isso, a criação aguarda ansiosamente a manifestação dos filhos de Deus. Pois a criação foi sujeita à vaidade, todavia, com a esperança de ser também ela libertada do cativeiro da corrupção, para participar da gloriosa liberdade dos filhos de Deus. Pois sabemos que toda a criação geme e sofre como que dores de parto até o presente dia. ((Bíblia, 2002, Rm 8, 18-22)

Paulo testa as virtudes teologais de fé, esperança e caridade, ressaltando o quanto a glória de Deus é infinitamente superior ao sofrimento mundano, mesmo com as dores da Terra, que é como uma mãe que gera a vida em comunhão com o sofrimento. Refletir sobre a relação entre indivíduos e natureza, como seres que fazem parte de um sistema equilibrado e autossustentável, é uma perspectiva que não se encaixa na lógica capitalista (Halik, 2019).

Não se deve priorizar a dimensão econômica, mas sim os fatores que mantêm e valorizam a vida no planeta. Para isso, é necessário resgatar a espiritualidade por meio de uma parceria em diálogo com a ciência (ALMEIDA, 2007); é preciso reconhecer que o cristianismo pode formar uma comunidade de fiéis com um olhar compassivo para as questões ambientais, onde a exploração da natureza e das pessoas não deve ser relegada a uma questão secundária em um sistema capitalista que negligencia ambos.

## **Campanhas da fraternidade ambientais**

Nos últimos 30 anos, a Igreja Católica abordou, durante o período da quaresma, uma série de questões sociais e humanitárias. A partir de 1979, a Campanha da Fraternidade propôs, como ação, uma discussão sobre temas ambientais e a necessidade dos cristãos enxergarem a natureza (obra de Deus) com maior responsabilidade. A Campanha da Fraternidade de 1979 teve como propósito principal debater, em nível nacional, um tema que nunca havia sido tratado antes, demonstrando o pioneirismo da Igreja em fomentar uma reflexão séria sobre a importância de cuidar do planeta Terra (Alves, 2023).

Contribuindo para a ampliação da consciência sobre a relevância deste tema, este foi o grande mérito da Campanha de 1979, que enfrentou muitos obstáculos e incompreensão devido à novidade do assunto. De acordo com a declaração da CNBB sobre a campanha de 1979, esta enfatizou que a ecologia requer uma nova forma de pensar, superando o egoísmo e a avidez por possuir mais a qualquer custo. Ressalta-se a importância da conservação e manutenção do ar, da água, da flora e da fauna, elementos essenciais para o próximo (Alves, 2023).

Para a CNBB, é essencial resgatar o respeito afetivo e a contemplação admirada pelas belezas naturais. A carta do papa João Paulo II, naquela ocasião, sublinhou o papel educacional necessário para a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente, destacando que, para que a natureza seja mais respeitada, é imprescindível renovar ou criar uma nova mentalidade, educando-se e educando constantemente para o amor cristão à natureza (CNBB, 2022).

A segunda ocasião em que a Campanha da Fraternidade tratou de um tema ambiental foi em 2004, quando a Igreja Católica mais uma vez sublinhou a necessidade de olhar atentamente para a natureza, destacando o cuidado com a água como tema da campanha e objetivando conscientizar a sociedade de que a água é fonte de vida, uma necessidade para todos os seres vivos e um direito da humanidade, tanto para esta quanto para as futuras gerações.

A carta do Papa João Paulo II ao povo brasileiro destacou que a água é um recurso vital e indispensável para a sobrevivência, sendo, portanto, um direito de todos. O Papa também ressaltou a necessidade de enfrentar os problemas decorrentes da escassez de água em todo o mundo. Por ser um recurso limitado, seu uso racional exige a cooperação de todos, incluindo governantes, para que se consiga uma proteção eficaz do meio ambiente, vinculando essa questão ao respeito pelos direitos e à dignidade de todos os seres humanos.

Na Campanha da Fraternidade de 2007, a questão ambiental foi novamente debatida, com a Igreja chamando a atenção para a região amazônica e seus habitantes. O objetivo foi conhecer os valores e a criatividade dos povos da Amazônia e as agressões que sofrem devido ao modelo econômico e cultural, conclamando os fiéis ao respeito, à conversão, à solidariedade e a um novo estilo de vida (Prates, 2020).

O Papa Bento XVI, em sua carta enviada ao povo brasileiro, destacou que a fraternidade efetiva com as populações amazônicas é um compromisso de todos, promovendo e defendendo a vida, que se manifesta de forma exuberante na Amazônia. Ressaltou que esse vasto território constitui um patrimônio comum que, por suas características humanas, sociopolíticas, econômicas e ambientais, merece especial atenção da Igreja e da sociedade brasileira (De Oliveira Santana, 2022).

Em 2011, as mudanças climáticas foram o tema da Campanha da Fraternidade, cujo objetivo foi contribuir para o aprofundamento do debate e a busca por soluções para os problemas ambientais causados pelo aquecimento global e seus efeitos nas condições de vida no planeta. Na sua carta, o Papa Bento XVI enfatizou que, para uma relação saudável com o mundo, o ser humano precisa reconhecer sua condição de criatura, compreendendo que ele não é Deus, mas sim sua imagem, devendo buscar ser a presença divina em todas as criaturas, especialmente na pessoa humana ao seu redor. Ele também destacou a importância de defender a vida humana, a família capaz de gerar vida e aqueles excluídos e marginalizados pela sociedade (De Oliveira Santana, 2022).

Voltando a tratar das questões ambientais, no ano de 2016 a Igreja estabeleceu como objetivo da Campanha da Fraternidade garantir o direito ao saneamento básico para todas as pessoas, além de encorajar o empenho em exigir políticas públicas e atitudes responsáveis de governantes e cidadãos, assegurando a integridade e o futuro do planeta, do país e de cada município.

## **Igreja Católica numa perspectiva ecológica**

A Igreja Católica participou ativamente da Rio 92 através de um representante oficial do Estado do Vaticano e da hierarquia católica no Brasil. Além das reuniões e representações dos chefes de Estado, as ONGs ambientalistas e sociais realizaram um encontro não oficial no Aterro do Flamengo, onde a Igreja Católica esteve presente por meio do Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia da Família Franciscana na Indo-Afro-América (Vigília Ecumênica Permanente; Ecotrezena de Santo Antônio; Cerimônia e Poste da Paz Mundial; Participação nos debates do Fórum Internacional das ONGs ambientais e sociais); Franciscanos de Gúbio (Itália); Entidades ecumênicas: – CPT e Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI); Encontros Ecumênicos realizados de primeiro a sete de junho e Vigília Ecumênica (Da Silva, 2015).

No ano de 1992, especificamente entre 12 e 28 de outubro, a Igreja realizou na cidade de Santo Domingo a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que publicou suas conclusões sobre o tema: Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã. O documento contém em uma de suas seções, mais precisamente na segunda, o título: “Jesus Cristo Evangelizador, Vivo em Sua Igreja”, no capítulo segundo, que aborda a promoção humana, no artigo 169, uma abordagem direta do tema ecologia (Da Silva, 2015).

A assembleia eclesiástica ali reunida compreendeu o mundo e as relações entre as criaturas a partir de um paradigma que tem o antropocentrismo como um de seus alicerces, mesmo ao tratar do tema ecologia. É fato que muitos discursos apontam para a culpa das tradições religiosas no estímulo ao uso desmedido e irracional dos recursos naturais e do meio ambiente, argumentando que o antropocentrismo tem fundamentos nos preceitos bíblicos (Nietzsche, 2022).

Nenhuma religião no mundo é mais antropocêntrica que o cristianismo. Em contraste absoluto com o paganismo antigo e as religiões da Ásia (exceto, possivelmente, o Zoroastrismo), ele não apenas estabeleceu um dualismo entre homem e natureza, mas também insistiu que era vontade de Deus que o homem explorasse a natureza em benefício próprio (Nietzsche, 2022).

Mas não seria exatamente o contrário, onde o homem foi orientado a assumir seu sacro dever de cuidar da criação? Estamos diante de uma crise ecológica e seus desdobramentos exigem responsabilidades de todas as áreas, inclusive da teologia (Da Silva, 2015). Talvez uma parte da resposta para essa questão contemporânea possa vir, indiretamente, das “Conclusões da Conferência de Aparecida”, cujo texto está dividido em três grandes partes, seguindo o método de reflexão teológico-pastoral consagrado na América Latina, “ver-julgar-agir”. Neste esquema de “ver-julgar-agir”, o problema seria analisado do seu destino temporal e eterno para, assim, julgar a situação presente, as contradições, as demandas de um destino eterno e temporal.

E assim, agir com vistas à conquista do seu destino temporal e eterno (PESSINI, 2007). No cerne da questão ecológica encontra-se o planeta Terra com todos os seus recursos naturais. Grupos, instituições e governos advogam por uma nova mentalidade, um novo paradigma. “Ecologia” resume um objetivo que afeta o mundo inteiro, e a reflexão sobre o tema “Ecologia” como um desafio para a teologia foi feita já no primeiro encontro de teólogos europeus, em 1991, logo após a queda do Muro de Berlim, por G. Uríbarri (Da Silva, 2015).

Retomando um pouco da história, é importante recordar o grande patrimônio da Igreja, que é seu ensinamento social. O documento “Compêndio da Doutrina Social da Igreja”, elaborado pelo Cardeal Renato Raffaele Martino, presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, em 2004, a pedido do Santo Padre João Paulo II, expõe de maneira sintética, mas completa, o ensinamento social da Igreja.

O capítulo X do documento mencionado foi dedicado às questões ambientais com o título “Salvaguardar o Ambiente”. Neste capítulo, a Igreja faz uma profunda reflexão e afirma que, se o homem intervém na natureza sem abusar e sem prejudicá-la, pode-se dizer que intervém não para modificar a natureza, mas para ajudá-la a desenvolver-se conforme sua essência, aquela da criação, a mesma que Deus desejou. Em essência, é o próprio Deus que concede ao homem a honra de cooperar com todas as forças da inteligência na obra da criação (Scudeler, 2015).

A Igreja começou com seu ensinamento social a estimular as sociedades a refletirem sobre questões ambientais. O bem natural é defendido pela Igreja como um bem coletivo cuja proteção representa um desafio para toda a humanidade, sendo um dever comum e universal respeitar um bem coletivo destinado a todos, impedindo o uso indiscriminado das diversas

categorias de seres, vivos ou inanimados — animais, plantas e elementos naturais — conforme as próprias exigências.

É uma responsabilidade que deve amadurecer com base na globalidade da presente crise ecológica e na necessidade de enfrentá-la de maneira global, enquanto todos os seres dependem uns dos outros na ordem universal estabelecida pelo Criador: é preciso considerar a natureza de cada ser e as conexões mútuas entre todos, em um sistema ordenado, que é exatamente o cosmos (Scudeler, 2015).

A preocupação com as questões ambientais também surge do seio da Igreja. O Magistério enfatiza a responsabilidade humana de preservar um ambiente íntegro e saudável para todos. A humanidade de hoje, se conseguir combinar as novas capacidades científicas com uma forte dimensão ética, será capaz de promover o ambiente como lar e recurso, em favor do homem e de todos os seres humanos; será capaz de eliminar os fatores de poluição, assegurar condições adequadas de higiene e saúde, tanto para pequenos grupos quanto para grandes aglomerados humanos.

A tecnologia que polui pode também despoluir, a produção que acumula pode distribuir de maneira equitativa, desde que prevaleça a ética do respeito pela vida e a dignidade do homem, pelos direitos das gerações atuais e futuras (Scudeler, 2015). É interessante notar também que muitos dos discursos e ensinamentos sociais da Igreja estão presentes em legislações civis de vários países, como na constituição de 1988 da República Federativa do Brasil.

A questão ambiental é responsabilidade de todos. Os graves problemas ecológicos exigem uma mudança efetiva de mentalidade que induza a adoção de novos estilos de vida, nos quais a busca pelo verdadeiro, pelo belo e pelo bom, e a comunhão com os outros, visando o crescimento comum, sejam os elementos que determinem as escolhas de consumo, poupança e investimento. Esses estilos de vida devem ser inspirados na sobriedade, na temperança, na autodisciplina, tanto no plano pessoal quanto social (Rossini, 2020).

É necessário abandonar a lógica do mero consumo e promover formas de produção agrícola e industrial que respeitem a ordem da criação e satisfaçam as necessidades primárias de todos. Uma atitude semelhante, favorecida por uma renovada consciência da interdependência que une todos os habitantes da Terra, contribui para eliminar várias causas de desastres ecológicos e garante uma capacidade de resposta eficaz quando tais desastres atingem povos e territórios (Scudeler, 2015).

## Considerações finais

Ao longo de sua história, a Igreja Católica colaborou com a formação do sistema-mundo, impulsionada pela missão de evangelizar. Registros históricos de algumas sociedades indicam uma compreensão harmônica do ser humano e da natureza. Nesse sentido, o Documento Sinodal confirmou a importância de se inspirar na cultura e na espiritualidade indígena como fonte de renovação ética cristã, cuja virtude primordial reside na busca pela harmonia entre o ser humano e o meio ambiente.

Ao analisar a transformação na concepção ética da Igreja Católica em relação ao ser humano e ao meio ambiente, a resposta ao problema apresentado concentrou-se na mudança de paradigma proposta pelo Sínodo da Amazônia, com ênfase na valorização do meio ambiente como parte integrante das diretrizes éticas da Igreja. Assim, constatou-se, a partir dos documentos do Sínodo da Amazônia, a efetiva proposta de “conversão” das diretrizes éticas da Igreja Católica, demonstrando um compromisso da Igreja com a valorização do meio ambiente, considerando que o homem faz parte do todo da Criação Divina. Observou-se também a convocação da Igreja Católica para buscar ativamente uma inspiração sinérgica e

respeitosa nas práticas e sabedorias indígenas, com o intuito de enriquecer os preceitos éticos cristãos.

A adoção da doutrina neoliberal pelo Brasil, na década de 1990, gerou um espaço público não-estatal; ou seja, após a diminuição da influência do Estado sobre assuntos econômicos, surgiu um espaço com responsabilidades que devem ser assumidas por outros setores. A Igreja Católica brasileira, através de sua orientação de proteção aos mais pobres, é uma das instituições que, da década de 1990 até hoje, preenchem o vazio deixado pelo Estado.

Junto com ela, estão as ONGs, os movimentos sociais e os projetos de responsabilidade social das empresas privadas. Portanto, a Igreja Católica brasileira, através das campanhas da fraternidade em geral e da campanha da fraternidade de 2011, em específico, auxilia nas funções que deveriam ser supridas pelo Estado. No caso da campanha deste ano, a Igreja desempenha o papel de educadora ambiental.

A Igreja Católica, como instituição de grande influência na sociedade, devido à sua abrangência, capacidade de unicidade mundial e número de seguidores em todo o mundo, também se faz presente de maneira expressiva no Brasil, um dos maiores países católicos do mundo (123.280.172 fiéis, conforme o censo do IBGE de 2010), e divulga seus documentos e suas instruções por meio de órgãos como a CNBB, estando presente em todo o Brasil através de suas paróquias que contam com um grande número de voluntários a serviço da evangelização e do trabalho social.

Ao expressar-se sobre a educação na 30ª Assembleia Geral dos bispos do Brasil em 1992, a CNBB (2022) aponta para uma educação evangélico-libertadora, onde o educando seja sujeito do próprio desenvolvimento e do desenvolvimento social, aprofundando a consciência da dignidade humana e seu sentido comunitário, na formação para o serviço, ou seja, aquele que se educa tem a responsabilidade de educar o próximo.

Tem suas bases na educação libertadora que estabelece a presença crítica das pessoas. A teoria da ação dialógica é um processo que envolve colaboração, união, organização e síntese cultural. A colaboração estabelece o encontro dos sujeitos para a leitura e interpretação do mundo para a sua transformação, o que ocorre na comunicação. A união e a organização são ações culturais mediadas pela liderança e a síntese cultural ocorre na integração das pessoas, atores da ação para a transformação do mundo.

Com o objetivo final de transformação social, o trabalho educativo da Igreja é revisado a partir das necessidades dos grupos sociais historicamente colocados à margem da vida social, econômica, política, cultural e religiosa, enfatizando sempre a valorização do ser humano e da vida digna para todos, expressando-se na busca pela igualdade. O documento (CNBB, 2022) enfatiza a necessidade de mudança na educação que visa à preparação de mão-de-obra para o mercado, ou com finalidade técnico-lucrativa, e não evidenciar o papel humano do trabalhador e o sentido cultural do trabalho e ao meio ambiente.

## Referências

- ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; DE ANDRADE CARVALHO, Josiel Luis Franco. **OUVI O CLAMOR DESSE POVO**. REVISTA ELETRÔNICA HUMANA RES, v. 4, n. 6, p. 197-216, 2022.
- ALVES, Naiara Ferraz Bandeira et al. **Como um rio que corre para o mar: a força mobilizadora do arcebispo Dom José Maria Pires na Paraíba** (1966-1995). 2023.
- ALVES, Naiara Ferraz Bandeira et al. **Como um rio que corre para o mar: a força mobilizadora do arcebispo Dom José Maria Pires na Paraíba** (1966-1995). 2023.
- BEZERRA, Cícero Manoel. **Missão integral da igreja**. Editora Intersaberes, 2024.

- BÍBLIA, DE JERUSALÉM.** Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.
- DA SILVA GUIMARÃES, Oséias et al. **A relevância da igreja contemporânea em cumprir sua missão profética.** Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa, v. 38, n. especial, p. 267-283, 2022.
- DA SILVA, Cassiano Augusto Oliveira; GAMA, Cyro Leandro Morais; NASCIMENTO, Kelly Thaysy Lopes. **Meio ambiente e fé católica: um discurso em busca de uma práxis pastoral.** Último Andar, n. 26, p. 048-058, 2015.
- DA SILVEIRA, Diego Omar; DA SILVA, Paulo Sérgio Raposo. **Religião, política e espaço público: intersecções permanentes.** PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, Journal for the Study of Religion, v. 14, n. 1, p. 07-13, 2023.
- DE CONJUNTURA–CNBB, Grupo de Análise. **PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA CASA COMUM.** 2022.
- DE OLIVEIRA SANTANA, Mariana Aparecida. **A abdicação do Papa Bento XVI e a posse do primeiro Papa latino-americano.** Revista Aedos, v. 14, n. 31, p. 252-267, 2022.
- EVARISTO, Dom Paulo. **D. Paulo Evaristo, bom pastor, profeta do Reino!**
- IBGE, IBGE. **Cidades@.** Available from: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>, v. 1, 2010.
- FIGUEIREDO FILHO, Ricardo Moreira. **As relações entre os seres humanos e a natureza ao longo do tempo: como é que os estudantes do 9.º ano de escolaridade situam-se nesse contexto?** 2023. Tese de Doutorado.
- GONÇALVES, Rafael et al. **Os padres e a língua da igreja o ensino-aprendizagem de língua latina em seminários católicos em Alagoas.** 2022.
- HALÍK, Tomás. **Não sem esperança: o retorno da religião em tempos pós-otimistas.** Editora Vozes, 2019.
- KRAMER, Pedro. **Comentário ao livro do Deuteronômio: busca da terra, moradia e sociedade sem empobrecidos e excluídos.** Editora Dialética, 2023.
- MACÁRIO, Luís Felipe Lobão De Souza. **A Encíclica Laudato Si'e as reações de católicos e evangélicos ao cuidado com a casa comum.** Sacrelegens, v. 17, n. 2, p. 133-155, 2020.
- MONTEIRO, José Aglailton dos Santos et al. **Os olhares dos discentes sobre o rio Pindaré pelo caminho da Educação Ambiental.** 2023.
- MORAES, Janini Lima de et al. **A importância da educação ambiental na escola e o uso de materiais recicláveis.** 2022.
- NASCIMENTO, Analzira. **Evangelização ou colonização? o risco de fazer missão sem se importar com o outro.** Editora Ultimato, 2022.
- NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo: maldição ao cristianismo.** Vozes de Bolso, 2022.
- NOVAIS, Luis Eduardo Duarte. **Concepções da Igreja Católica Apostólica Romana sobre educação: a formação para o humanismo solidário.** Revista Pistis Praxis, v. 14, n. 1, 2022.
- NUNES, Adailton Antônio Galiza. **Campanha da Fraternidade: uma política da Igreja Católica para o Brasil.** Campinas, UNICAMP, 2021.
- OLIVEIRA, Gabriel Azevedo de. **Um patrimônio que faz recordar: os jesuítas, a Igreja Católica e a imigração alemã na Província de São Pedro (1824-1965).** 2022.
- PAULO II, J. O. Á. O. **A paz com Deus criador, a paz com toda a criação. Mensagem para jornada mundial da paz em 1990.**
- PRATES, Lisaneos. **Campanha da Fraternidade 2020: Vida-Dom-Compromisso. ESPAÇOS-Revista de Teologia e Cultura,** v. 28, n. 1, p. 77-89, 2020.
- REIS, Mirian Ribeiro. **A Restauração Católica no Maranhão (1930-1940).** 2020.
- ROSSINI, Cleusa Maria; CENCI, Daniel Rubens. **Interdisciplinaridade e Educação Ambiental: um diálogo sustentável.** Revista Prática Docente, v. 5, n. 3, p. 1733-1746, 2020.
- SARZÉDAS, Janildes Curcino. **A atuação de religiosos da teologia da libertação na região da Diocese de Porto Nacional no final da ditadura civil-militar (1978-1985).** 2021.
- SCUDELER, Luiz Gonzaga. **Doutrina social da Igreja e o Vaticano II.** Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2015.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Teoria do estado: novos paradigmas em face da globalização**. Editora Intersaberes, 2022.

SOBRINHO, Felipe Cosme Damiano. **O BISPO E A DITADURA: DOM JORGE MARCOS, BISPO DE SANTO ANDRÉ**. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, v. 1, n. 29, p. 50-72, 2023.

TEDESCO, João Carlos; DA SILVA, Emerson Neves. **Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980)**. Revista Cadernos do Ceom, v. 33, n. 52, p. 105-121, 2020.

---

#### **Contribuição dos autores**

**Conceitualização:** ANDRADE, A. A. D. DE. **Curadoria de dados:** Não aplicável. **Análise formal:** ANDRADE, A. A. D. DE. **Aquisição de financiamento:** Não aplicável. **Investigação:** ANDRADE, A. A. D. DE. **Metodologia:** ANDRADE, A. A. D. DE. **Administração do projeto:** Não aplicável. **Recursos:** Não aplicável. **Software:** Não aplicável. **Supervisão:** Não aplicável. **Validação:** ANDRADE, A. A. D. DE. **Visualização:** ANDRADE, A. A. D. DE. **Escrita – rascunho original:** ANDRADE, A. A. D. DE. **Escrita – revisão & edição:** ANDRADE, A. A. D. DE.

#### **Base de dados**

Não se aplica

#### **Financiamento**

Não se aplica

#### **Conflito de interesse**

O autor declara não haver conflitos de interesse.

#### **Aprovação do conselho de ética**

Não se aplica.

#### **Agradecimentos**

Não se aplica.

---